

A VERSÃO DAS MULHERES SOBRE A LUTA PELA TERRA: O CASO DA GLEBA XV DE NOVENBRO

Olivia Alves de Almeida¹
Patrícia Alves Ramiro²

Resumo: Tendo como pressuposto a ideia de que existem múltiplas versões dos acontecimentos históricos, conforme o olhar de quem narra, o presente trabalho apresenta a história de luta e conquista da terra sob a ótica de algumas mulheres assentadas. O caso apresentado é o da Gleba XV de Novembro, primeiro assentamento da reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. A pesquisa se justifica, pois a versão delas é comumente “esquecida”, já que o direito de narrar a história é, principalmente, no caso da reforma agrária, reservado aos homens, tornados mais visíveis devido aos papéis assumidos perante os movimentos sociais. As mulheres, embora também tenham participado ativamente dos processos de luta que culminaram na criação do assentamento, quando são ouvidas em pesquisas veem suas falas muitas vezes reduzidas ao âmbito das histórias privadas da casa e da família. Com base na metodologia da História oral, realizou-se um trabalho conduzido pela memória de algumas mulheres, o que permitiu-nos construir um discurso polifônico onde se unem história e biografia. Seus depoimentos, ainda que reproduzam desvalorizações culturais de gênero, mostram que o papel das mulheres na luta por uma sociedade mais justa foi fundamental para a conquista familiar da terra. As versões coletadas sobre a história do local esclarecem que suas trajetórias de vida influenciaram, bem como, foram influenciadas pela história da Gleba XV de Novembro.

Palavras-chaves: reforma agrária, assentamentos rurais, gênero, mulheres, história oral.

Introdução

Considerando o surgimento dos assentamentos rurais no Brasil, têm-se a complexidade como característica principal desse contexto, principalmente por envolver diferentes atores, relações e processos sociais. A efetiva criação dos assentamentos rurais é geralmente precedido por momentos de ocupação de terras e períodos de acampamento na beira da estrada onde se vive sob barracos de lona em meio a dificuldades. A conquista da terra representa, assim, o surgimento de um novo espaço-tempo, permeado por representações advindas de experiências passadas compostas por tentativas de viabilizar projetos familiares distintos dentro do assentamento rural, os quais devem, por exigências vindas do Estado e da sociedade, tornarem-se espaços produtivos que atuem conforme a lógica capitalista que vigora no campo.

Tendo em vista a complexidade das relações existentes nos assentamentos rurais, destacamos a vertente de gênero que atua diretamente na organização das famílias e do próprio assentamento. A partir de questões como os papéis de gênero, por exemplo, observam-se ideias muito enraizadas sobre o que cabe ao homem e à mulher, seja nas atividades internas do lote, seja nas relações exteriores ao espaço familiar. Neste trabalho narraremos a história de luta e conquista da terra sob a ótica de algumas mulheres assentadas, vertente comumente “esquecida” tendo em vista as relações de poder que são acionadas pelo direito de narrar a história, que, no caso da reforma

¹ Mestre em Sociologia/ Docente UNOESTE/ olivia_vicky@hotmail.com

² Doutora em Sociologia/ Professora Adjunta UFPB/patriciaalvesramiro@gmail.com

agrária, geralmente reforça o poder dado aos homens membros de movimentos sociais de luta pela terra.

Ainda que saibamos da multiplicidade de histórias dentro da história, partimos do pressuposto de que faz-se necessário conhecer melhor a atuação de mulheres nesses processos de luta pela terra, bem como a importância contínua destas no desenvolvimento do assentamento. Todas as entrevistadas são membros da Organização das Mulheres Unidas do Setor II (OMUS II), primeira associação formal de mulheres da região, regulamentada no início da década de 1990. Tal recorte se fez necessário a fim de viabilizar a execução da pesquisa e por defendermos que pensar a temática de gênero atrelada à questão agrária é imprescindível para que se possa compreender o desenvolvimento de um assentamento rural sem deixar de notar a importância das mulheres neste contexto, visto que a invisibilidade feminina é ainda tão comum principalmente se tratando do histórico de conflitos agrários. Sendo assim, o fato de terem conseguido se organizar aponta para a capacidade de articulação e luta coletiva dessas mulheres.

Importante destacar que o conceito de gênero que norteou a pesquisa foi o de Scott (1990, p. 14) quando afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Para desenvolver a proposta do trabalho escolhemos como *locus* da pesquisa o assentamento Gleba XV de Novembro, localizada no município de Rosana, oeste do Estado de São Paulo. A escolha foi pautada na importância do assentamento na região do Pontal do Paranapanema, onde se concentram a maior parte dos assentamentos daquele Estado, visto que o contexto é de grilagem de terras, desmatamento de áreas verdes e com grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas, caracterizando a dificuldade de acesso a terra pelos pequenos agricultores. O assentamento é extremamente relevante do ponto de vista histórico para a região por ter sido o primeiro e anterior à chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Estado de São Paulo. Criado em 1984, o local foi resultado da luta de pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados pelo fim das obras da Usina Hidrelétrica de Rosana. Assim, a Gleba XV de Novembro assenta 587 famílias em uma área de aproximadamente 15.000 hectares, dividida em sete setores.

Interessou-nos ouvir diretamente de algumas dessas mulheres as percepções sobre a história do assentamento: os momentos vividos antes da conquista dos lotes, as relações, a formação dos espaços e tempos no contexto pesquisado³. Nos valem do exercício da imaginação sociológica proposto por Mills (1969) para verificar de que maneira história e biografia se inter-relacionam na luta pela terra, ou seja, buscamos compreender de que maneira o desenvolvimento do assentamento e a trajetória das mulheres ocorrem simultaneamente e se influenciam um ao outro numa relação mútua e dinâmica.

A definição das entrevistadas foi realizada buscando aquelas mulheres que estão desde o início da luta pela terra na área onde hoje é a Gleba XV, tendo passado pelos diferentes momentos de luta e conquistado protagonismo nesse espaço. Foram selecionadas nove mulheres que, por sua representatividade e histórico de vida completamente interligado à trajetória do assentamento, se apresentaram como vozes importantes num contexto de pesquisa científica.

³ A pesquisa aqui apresentada traz um recorte da dissertação *A reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS – Organização das Mulheres Unidas*, defendida por Olivia Alves de Almeida sob orientação da Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro em março de 2016 junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFGD.

Acreditamos que pensar as trajetórias de vida das mulheres rurais pode ser uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada não apenas no que se refere ao momento histórico da conquista, mas às próprias trajetórias e o lugar que essas mulheres ocupam hoje nos espaços em que circulam.

Este processo de pesquisa desenvolveu-se através da aplicação da metodologia qualitativa de História oral. Nesse sentido, baseamo-nos principalmente nas considerações de Alberti (2013) e Bosi (2001; 2003), entendendo que esta seria a ferramenta mais adequada para o presente trabalho, visto que a proposta é conhecer a história do local através das mulheres e a História oral permite a aproximação necessária para compreender a realidade através das vivências pessoais retomadas por meio da memória.

A partir da abordagem de História oral, exercita-se também o trabalho da memória e, neste ponto é interessante destacar a ideia apresentada por Halbwachs (1990) de complementariedade entre memória individual e coletiva, relação que pode ser observada no caso das mulheres assentadas na Gleba XV de Novembro que juntas viveram diversos momentos. Assim, falar das histórias destas mulheres é falar também da história do Assentamento, numa relação entre as pessoas e o lugar.

Ainda sobre a questão da memória, destacamos as contribuições de Le Goff (1990) no sentido de pensar a relação entre a memória e a história através dos documentos e monumentos. Sendo ambos derivados de escolhas realizadas pelas forças vigentes em determinado período, em muitos casos algumas “histórias” foram privilegiadas em detrimento de outras.

Para a abordagem escolhida, além da pesquisa bibliográfica, foi de suma importância a realização da pesquisa de campo, já que, com a aplicação da técnica de entrevista com uso de gravador, foi possível ouvir e armazenar as falas das mulheres para que fossem transcritas e analisadas posteriormente.

Acampamento: a luta como caminho para a conquista da terra

Os acampamentos são comumente reconhecidos por sua característica mais marcante: os barracos de lona. Esse termo aparece com frequência nas entrevistas e é também um marco na memória de quem viveu sob a lona geralmente preta. Foi através dos barracos que Maria de Jesus identificou o acampamento e decidiu se juntar ao grupo também em busca de uma terra:

Nós fiquemo sabendo porque foi pertinho de Euclides né, aí a gente viu aquele monte de barraco de lona. Aí a gente chegou e procurou né, que que era. Aí ele disse né, "nós tamo esperando terra", aqueles, primeiro lá, "nós tamo esperando terra, e se tiver mais gente pra querer esperar terra pode vim". Aí eu disse "Vicente, vamo esperar um pedacinho de terra que nós aqui nunca faz nada não, se nós num for trabalhar em roça nós nunca faz nada". Aí foi, peguemo, fizemo um barraquinho lá, e fiquemo esperando terra. Com 8 meses, 8 meses, nós tava lá recebendo as coisinha assim de pouquinho, uma xirquinha de arroz pra um, um copinho de óleo pra outro, assim que vinha de fora, que o povo doava [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Euclides da Cunha é um município vizinho à Rosana, de onde vieram alguns dos hoje assentados da Gleba XV de Novembro. Como mostra Dona Maria na entrevista acima, a ideia era de poder ter na terra a garantia de um trabalho que não era possível na cidade. Ainda que as lonas fossem, ainda, uma estratégia nova, cabia chamar o maior número de pessoas para pressionar a desapropriação das terras.

Todavia, ainda que alguns viessem em família, esse movimento que viria a dar origem à Gleba XV de Novembro pode ser entendido, inicialmente, como

majoritariamente masculino. Pelo que indicam as entrevistas, era comum entre os assentados que o homem/esposo viesse na frente, para verificar a situação, antes de trazer toda a família. Uma das depoentes afirmou que depois de serem expropriados da terra pelo fazendeiro que precisava de pasto, ficou sabendo em São Paulo sobre o acampamento em Euclides da Cunha. Segundo suas palavras:

[...] chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e ficemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente. Num foi assim, é uma colega minha chegou lá em São Paulo né, aí ela falou assim pra mim: “ah você sempre gostou de morar na... morar na roça, porque que cê num vai, lá tá tão bom lá, o município de Euclides, entre Rosana e Teodoro Sampaio”, aí eu falei: “mas é verdade?”. Ela falou: “é, eles tão lá numa, numa invasão de terra que diz que futuramente o governo vai repartir essa terra pro pessoal, né”. E eu fiquei na dúvida né, será que é verdade? Ai, será que compensa ir lá e gastar dinheiro com passagem pra ver. Meu marido decidiu e veio né, aí chegou aqui era verdade, aí ele voltou pra São Paulo, aí tinha um colega dele, ele marcou lá um lugar do barraco né, aí falou pro colega: “toma de conta desse lugar aqui que eu vou lá em São Paulo, daqui uns trinta dia eu volto e venho com a família”, aí de fato aconteceu com trinta dia nós vinhemo[...] (Maria José, 67 anos, 2012).

Isso corrobora a ideia do arquétipo masculino do “homem caçador” apresentado por Whitaker (1988), e indica que é do homem o papel de desbravador, enquanto a mulher tradicionalmente fica com a responsabilidade do cuidado dos filhos em casa. A reprodução destes arquétipos se dá através de uma construção que se inicia ainda na infância e se desenvolve através da educação. Construção esta que nada mais é do que a reprodução dessa estrutura social de desigualdade entre os sexos, na qual as crianças já se encontram inseridas desde cedo.

Em suma, através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino [...] (BOURDIEU, 2010, p. 114).

Borges (2010), ao pesquisar o movimento que deu origem à Gleba XV de Novembro e tratar das disputas pela liderança no acampamento – disputas relacionadas também a questões partidárias – permite-nos perceber também que esse era um processo constituído por homens, uma disputa de poderes voltada a esfera pública, já que a liderança era uma figura de destaque interno e externo ao acampamento.

Por outro lado, considerando as entrevistas, observamos que, por trás de uma disputa masculina que envolvia o futuro do acampamento e outras questões tidas como “mais importantes”, havia um suporte nos “bastidores” articulado pelas mulheres, que no cotidiano atuavam na manutenção da ordem do espaço do acampamento, cuidando das crianças, voltadas para a questão da alimentação, e, em geral, também envolvidas nas reuniões que definiam questões de grande importância para o acampamento.

Porém, os “bastidores” pouco são lembrados na construção da história oficial, logo, as mulheres muitas vezes são esquecidas em detrimento da supervalorização dos homens que têm visibilidade por estarem em posições públicas e/ou de destaque.

Podemos pensar essa questão simplesmente como uma manutenção da ordem social vigente, pautada na dominação masculina: é considerado natural que o homem vá à frente, se lance à esfera pública enquanto a mulher se mantém no espaço privado da

casa. Conforme nos mostra Bourdieu (2010, p.17), “a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]”.

Em contraponto, vimos que nos conflitos diretos a mulher tem papel importante na proteção aos homens, pois sendo consideradas no imaginário coletivo como “mais frágeis” são colocadas na linha de frente para evitar ataques diretos:

Participava de tudo de tudo, reunião, quebra pau, tudo. Tudo eu tava no meio. Porque tinha que ir fazer a frente as mulher e as criança, porque se fosse só os homem eles acabava [faz gesto com as mãos que indica que acabava matando, ferindo] quantos companheiro nosso num morreu, né? Que ia fazer a frente... E a gente se jogava na frente dos marido, dos pais, dos filho, era complicado o negócio... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Essa suposta fragilidade se transforma em coragem e fica então evidente a relevância e o papel fundamental destas mulheres na luta pela terra. Capazes de *se jogarem na frente dos maridos, dos filhos e dos pais* para protegê-los de uma ameaça real que era a violência dos conflitos, são elas que conseguiam, muitas vezes, garantir um fim mais pacífico aos confrontos.

Entretanto, pudemos notar que todas as lideranças – ou pelo menos aquelas que marcaram a memória das mulheres podendo voltar como lembranças no momento da entrevista – eram masculinas. Isso evidencia o envolvimento do homem no âmbito público, no contato com o mundo externo, em atividades tidas como “importantes”, ou seja, em atividades produtivas em oposição às atividades reprodutivas que caberiam à mulher:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de *representação* [...]; ela está inscrita, por outro lado, nas disposições (os *habitus*) dos protagonistas da economia de bens simbólicos: as das mulheres, que esta economia reduz ao estado de *objetos* de troca [...]; as dos homens, a quem toda a ordem social [...] impõe adquirir a aptidão e a propensão, constitutivas do senso de honra, de levar a sério todos os jogos assim constituídos como sérios (BOURDIEU, 2010, p. 60, grifos do autor).

Ao contrário da posição ocupada pelos homens, as mulheres no acampamento estavam ligadas aos cuidados do lar: limpeza do barraco, cuidar das crianças, lavar roupa, fazer comida, entre outros. Entretanto, foi comum ouvir nos depoimentos que “não fazia nada”. Ficou claro que na maioria dos casos as mulheres só consideravam trabalho uma atividade que fosse remunerada, o que além de desvalorizar a aplicação de seu próprio tempo em atividades tão importantes para a manutenção da família em diversos aspectos, também aponta para desvalorização de seu papel na luta pela terra. Como narrou Maria de Jesus, não se saía para trabalhar, pois precisavam manter o acampamento ocupado durante o tempo todo. Nem que para garantirem isso, precisassem passar fome. A seguir suas palavras:

Num fazia nada, num tinha direito de sair pra fora pra trabalhar porque se saísse perdia o direito da terra. A gente ficava lá, teve dia da gente comer palmito de coco, porque num tinha o que a gente comer e num podia sair pra trabalhar, porque ali se o, às vezes chegava uma pessoa de fora pra ver, num achava ninguém então ficava ruim né? Então ali, os que tomava conta, os primeiro né, que tomava conta, dizia "ó, nós tem que aguentar aqui ou que tenha o que comer ou num tenha, nós tem que tá aqui, chegar uma pessoa pra ajudar nós,

nós tamo aqui, e se chegar essa pessoa pra ajudar num achar ninguém num tem como", e aí nós ficava amarrado (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Esse pensamento de desvalorização do próprio trabalho pode ser entendido como um reflexo do que Bourdieu (2010) chama de violência simbólica, que é geralmente invisível às suas próprias vítimas e as leva muitas vezes a reproduzir os valores da estrutura dominante – que é masculina – e contribuir para a legitimação da dominação masculina e conseqüente submissão da mulher.

Apesar dessa nítida divisão de funções entre homens e mulheres no acampamento – inevitavelmente derivadas de estruturas de dominação que atuam na sociedade de modo geral – os depoimentos apontam uma união de todos, sem restrições, em momentos tidos como os mais importantes no período do acampamento: as reuniões.

Ah, sempre reunião, sempre junto, o pessoal tudo junto, reunido pra qualquer coisa, se tivesse uma palestra qualquer coisa, uma reunião tinha que tá todo mundo junto, não podia quase ninguém podia trabalhar pra fora, tinha que tá todo mundo junto porque senão não era acampamento, né? [...] (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Era o *estar todo mundo junto* que confirmava a situação de acampamento, de certa forma legitimando as reivindicações, demonstrando a capacidade de organização e mostrando para o mundo exterior que aquilo era realmente uma ação coletiva, de mulheres e homens, de luta.

Espaços de transição: canteiro da CESP e *Alqueire e meio*

Depois do período de acampamento às margens da rodovia, os acampados foram transferidos para um espaço da CESP, localizado próximo da divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná. Ali, aos cuidados da empresa, muitos afirmam que a situação melhorou, principalmente por ter água, questão que era um grande problema no período do acampamento. Maria José detalha melhor a localização e alguns aspectos desse espaço-tempo:

[...] aí transferiram nós da rodovia aqui pra... ela é ali, é no estado de São Paulo, mas é entre Diamante⁴, ali na ponte, ali tem uma ponte onde tem naquela barragem ali, é que num tinha barragem naquela época, aí deixaram nós ali era por conta da CESP, aí a CESP cuidou de nós ali mais ou menos outros 90 dias, ficamo, só que era mais confortável né, já tinha banheiro, fizemo uns barraquinho bem organizado, tinha banheiro, tinha água suficiente, que lá na beira da rodovia a água era só por Deus mesmo [...] (Maria José, 67 anos, 2015).

Apesar de ainda viverem sob os barracos de lona, a maioria das entrevistadas afirma que as coisas melhoraram nessa transição. Foi por isso que muitas famílias que estavam incompletas no acampamento agora receberam os demais membros, principalmente mulheres que haviam ficado em outros locais com os filhos menores, como foi o caso de Vanda.

Após o período no canteiro da CESP, temos um período que os assentados chamam de emergencial ou “alqueire e meio”, referência dada à metragem do pedaço de terra que cada família recebeu para ficar provisoriamente.

Segundo Nice, essa terra se localizava na antiga fazenda Santa Terezinha, área que hoje faz parte da Gleba XV de Novembro. Ali as famílias teriam ficado do final de

⁴ Diamante do Norte é um município paranaense próximo da divisa com o estado de São Paulo.

1984 até outubro de 1986, quando foram para os lotes definitivos. Ela também conta como foi sua ida pra área emergencial:

Eles fizeram a reunião e falaram que ia pra uma terra né, que era muito... era uma terra feia, quase ninguém quis ir, meu marido foi o primeiro a se inscrever pra ir, aí uns 5, 6 quiseram ir, aí foi a primeira mudança, que foi pro emergencial, alqueire e meio, aí o... fomos pra lá aí chegou lá era uma terra que tinha sido plantado feijão, tava limpo, nem precisou tombar pra gente plantar. Aí os outros que tava com medo que veio depois pegou uma terra mais feia, bruta, nós tivemos sorte (Nice, 55 anos, 2015).

Ainda vivendo nos barracos de lona, as famílias ao menos passaram a ter um espaço no qual era possível iniciar uma plantação, que foi o que todas afirmam ter feito logo que entraram nessa terra:

Aí tinha, aí continuou dando comida, pouco, e a gente começou a plantar, aí nós começou a plantar, plantava mandioca, milho, feijão de corda, é... abóbora, batata doce, de tudo a gente plantava, tinha frango... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Nesse período cada família recebeu seu alqueire e meio de terra, e houve assim uma mudança importante, pois nos períodos anteriores a marca característica do grupo era o de “*todos juntos*”, e agora cada família representava um núcleo próprio, diminuindo gradativamente o contato direto e a proximidade com os demais.

Apesar de cada família ter o seu espaço para produzir, Vanda conta que no emergencial também começaram uma roça comunitária, que cultivavam concomitantemente à roça que cuidavam dentro do alqueire e meio de cada família. O que era plantado na roça comunitária era distribuído para cada família após a colheita. Para garantir que teria direito a uma parte era preciso sempre ter alguém da família trabalhando:

Uma pessoa da família... se o homem num podia ir, ia a mulher, eu mesmo fui umas duas vezes só, que meu marido teve que sair, aí eu fui umas duas, três vezes. Pra plantar essa roça... aí era um pedaço de terra grande né, e o pedaço de terra da gente mesmo era um alqueire e meio, era só a casa, o quintal a gente plantava abóbora, milho, feijão de vara, feijão catador, feijão de corda, é tudo uma coisa só né (Vanda, 64 anos, 2015).

Diferente do acampamento onde era “*proibido trabalhar*”, no “alqueire e meio” o trabalho é praticamente uma obrigação, é necessário para garantir o sustento da família já que a ajuda antes recebida vai diminuindo aos poucos.

Maria Lúcia conta que nessa época ela e o marido tocavam a roça, e como ela também tinha que cuidar das crianças, tinha que *dar um jeito*, o que significava combinar o trabalho na roça com os cuidados com os filhos ainda pequenos:

Fazia... fazia tudo. Deus dava um jeito. Aí que que eu fazia, aí eu levava minha menina pra debaixo de um pé de árvore, essa de 6 meses e largava essa outra que tinha 3 anos e o meu menino mais velho que tinha já 5 anos tomava de conta da pequena e eu ia trabalhar, eu trabalhava o dia todinho, aí quando era noite... aí tinha um poço, só um poço de 50 metros parece o poço, pra gente tirar água, aí eu levava eles... tudo quando eu ia era com meu filho no colo, eu ia colher algodão eu pnhava num... cê sabe como é que colhe algodão? Amarra um saco assim e puxa e pnhava ela pra dormir aqui ó [indica a parte de trás do saco] aí dava de mamar, era assim, dei de mamar 3 ano, pra onde eu ia eu levava, não abandonava minhas criança... tinha um medo de chegar e tá morto... ai... mas foi difícil. Mas vencemo, né? (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Podemos visualizar como a mulher fica sobrecarregada ao acumular tarefas, tendo uma dupla jornada de trabalho que envolve o trabalho da roça (remunerado, mas geralmente tido apenas como “ajuda” ao marido) e os cuidados com os filhos e a casa (sem remuneração e sem prestígio social). Isso também reflete a já mencionada naturalização da diferença sexual do trabalho, que define os destinos laborais de homens e mulheres:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais do sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva [...] (KERGOAT, 2009, p. 67).

Fica aqui, clara, a determinação dos espaços públicos para os homens, e privados para as mulheres, o primeiro como esfera produtiva, e, portanto, com forte valorização social, e a segunda como esfera reprodutiva, que impõe sobre a mulher a obrigação de atuar no espaço privado, num trabalho de pouco ou nenhum reconhecimento. Para reforçar o conceito, Kergoat (2009, p. 67) afirma que “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”.

Tedeschi (2009) também corrobora o entendimento neste sentido quando afirma que a naturalização da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero é legitimada pelo “imaginário social” e relacionada à formação cultural de homens e mulheres às representações que são feitas acerca do masculino e feminino:

[...] através dos imaginários, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais, exprimem e impõem crenças, regras de conduta, constroem códigos de comportamento, produzindo representações de si próprias, nas quais as pessoas encontram um lugar, uma identidade e uma razão de ser (TEDESCHI, 2009, p. 155).

Por conta da atuação desse imaginário social no desenvolvimento dessas mulheres, muitas vezes essas atividades executadas por elas são naturalizadas e mesmo sobrecarregadas elas sentem que “não fazem mais do que a obrigação”, afinal é definido socialmente que o cuidado com as crianças e o lar é responsabilidade da mulher, chegando até a envolver a questão citada por Tedeschi (2009) acima sobre a “razão de ser”, pois a mulher vive para o lar, a família, o esposo e os filhos.

Ainda que mantendo essas características relacionadas à questão de gênero, a transformação da terra do latifúndio em *alqueires e meio* plantados significava o resultado da passagem da terra de negócio, nas quais foram explorados como parceiros, meeiros ou arrendatários, para terra de trabalho, capaz de alimentar aos membros da família, proporcionando certa estabilidade que vai além do aspecto econômico. Na realidade:

[...] o acesso à terra produz sensíveis mudanças na condição da família, para a estabilidade relativa que se ganha, criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência (MEDEIROS, 2008, p. 10).

Assim, a transição para o *alqueire e meio*, apesar da provisoriidade, já consiste numa aproximação considerável ao ideal de obtenção da terra como espaço de moradia

e trabalho, onde a família pode reconstituir ou recriar laços afetivos, estratégias de produção e outros aspectos que, abalados pela insegurança e indefinição presentes anteriormente, não constavam no cotidiano destas famílias.

O início do assentamento rural Gleba XV de Novembro

No início da Gleba XV ainda não havia as políticas públicas que existem hoje de apoio ao período de implantação de assentamentos, tais como crédito habitação, auxílio para alimentação e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Por serem pioneiros na conquista da terra, as dificuldades foram maiores do que seriam se isso tivesse se dado atualmente, mas sabe-se que mesmo com o suporte existente há uma nova luta quando os assentados obtêm seus lotes.

Maria Lúcia lembra também das dificuldades do início, e de como eram complicadas algumas atividades que seriam consideradas simples, como lavar roupas:

Ah foi uma derrota, não tinha água, não tinha água. A água a gente ia pegar lá do outro lado do asfalto, roupa a gente ia lavar lá no acampamento na onde a gente tava perto do acampamento, não, no alqueire e meio⁵ aliás, era no alqueire e meio, tinha um rio lá a gente saía daqui ia lavar lá, pnhava num raspão as roupa, dentro de uns balde e amarrava e ia pra lá e levava as criança também montado em cima dos balde, os cavalo, levava tudo, e o marido ficava tomando conta da roça porque ele num podia ficar com as criança, ele trabalhava né, tava mexendo com a roça, aí depois passou 2 anos daí a gente furou um poço, um poço cacimba⁶, aí a coisa melhorou, tendo água tem tudo né (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Mais uma vez aparece em depoimento uma referência ao trabalho do homem com uma conotação de superioridade: *“ele num podia ficar com as criança, ele trabalhava né, tava mexendo com a roça”*. O trabalho masculino aparece como de maior importância, enquanto o trabalho da mulher – de ir até um rio distante para lavar roupas – não é valorizado e elas ainda precisam levar as crianças que são de responsabilidade delas. Entende-se observando estas relações que o trabalho produtivo que geralmente converte-se em renda é muito mais valorizado do que o trabalho reprodutivo que não é remunerado.

Isso ocorre porque os caminhos das relações sociais estão diretamente relacionados ao desenho da sociedade em que ocorrem. Concordamos com Tedeschi (2009, p. 149) quando afirma que “numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal⁷ definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida”.

Todavia, a maioria das mulheres também trabalhava (e ainda trabalha) na roça:

Eu e ele e as duas, e as três menina mais velha, e os pequeno ficava em casa com a quarta menina mais... que tinha oito ano, e nós trabalhando, na hora de fazer um ranguinho pra comer, aí uma vinha da roça, fazia a comidinha, eu num gosto nem de lembrar [se

⁵ O termo é utilizado para se referirem ao período transitório entre o acampamento e o assentamento definitivo, quando cada família pode se alojar numa área de um alqueire e meio.

⁶ Equivalente à cisterna, poço cilíndrico aberto manualmente.

⁷ Segundo Delphy (2009) a palavra “patriarcado” mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, e depois, novamente, no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo. No pensamento feminista, “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p.173).

emocional], é... aí a gente ficava, vinha comer, o feijãozinho e o arroz, se tivesse um franguinho matava o franguinho, se num tivesse... (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Quando ela afirma que “*uma vinha da roça*” fica claro que a responsabilidade quanto à alimentação era de uma filha mulher, ainda criança com 8 anos. Já a fala de Maria Lúcia deixa clara essa dupla atividade da mulher entre o trabalho na agricultura e os cuidados com os filhos(as):

Eu trabalhava a semana inteirinha, sabe que dia que eu ia pra lá lavar roupa? No sábado, no sábado que eu tinha que lavar roupa, aí no sábado que eu lavava roupa, no domingo eu organizava as coisa todinha, dava uma limpada no barraco né, aí ia cuidar dar criança é, cortar cabelo, limpar unha, limpar ouvido, era essas coisa que nós ia fazer, fazer a limpeza nas criança, porque durante o dia na semana num dava tempo... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Com as responsabilidades voltadas para a casa e as crianças, o trabalho da mulher na roça muitas vezes é visto apenas como “ajuda”. Ou seja, a mulher acaba tendo uma dupla jornada de trabalho em que nenhum tipo de trabalho realizado é valorizado, seja pelos membros da família, seja pela própria mulher que já internalizou e naturalizou essas concepções.

As disparidades relacionadas às questões de gênero parecem permear todos os momentos desde a luta pela terra até a conquista e a busca pela estabilidade da família no novo espaço-tempo que vai sendo construído no assentamento.

Mesmo com as dificuldades relatadas sobre o início do assentamento, os depoimentos mostraram que a conquista do lote e, portanto, a inserção dessas mulheres na categoria de assentadas rurais – que carrega em si uma série de significados – foi um passo importante em suas histórias, que representou mudanças significativas:

Ah mudou muito porque, que nem eu te falei, naquela época a gente vivia perambulando, peregrinando pra aqui pra acolá né, aí depois, veja bem, quando eu vim do Pernambuco pra cá eu tinha o que, 11, 12 anos, 11, 12 anos, aí, então essa vida como eu te falei era pra lá e pra cá num tinha sossego, num parava nem aqui, nem ali, é, terminava uma colheita aqui já tinha que sair pra outro lugar, e aqui graças a Deus tô com 30 anos né então, foi muito bom, muito gratificante nossa vinda pra cá, além do mais que a gente tem o lugar certo pra ficar, trabalhar né... e conviver com a família, eu... muito bom, foi muito bom, sosseguemo depois que entramos nessas terra foi um sossego, tranquilidade (Maria José, 67 anos, 2015).

Já no assentamento há uma retomada das relações familiares ligada ao trabalho necessário no lote e às novas exigências de produtividade, levando a uma mudança nas formas de sociabilidade: de valores de solidariedade e ajuda mútua, passam aos poucos a atuar o individualismo e a rejeição da cooperação. Isso reflete principalmente a inserção forçada dos assentados na economia mercantil sob pressão do governo e da sociedade.

Esta adequação é difícil, já que grande parte dos assentados vem de uma condição de miséria e é deles exigido uma inserção direta nos processos da chamada industrialização da agricultura, que envolve aplicação de insumos modernos, compra de maquinário específico, entre outros (SILVA, 2004).

Logo que entraram nos lotes as estratégias coletivas ainda eram mais comuns, pois se trazia muito da carga obtida através dos momentos de dificuldade que as pessoas passaram juntas no período do acampamento, bem como da teoria de organização

coletiva aplicada pelo MST – que nesse momento já havia se constituído como um importante movimento social⁸.

Ainda sob um aspecto de coletividade, havia o espaço da sede da antiga fazenda, agora desapropriada, que era ponto de encontro em diversos momentos:

[...] só que tudo que ia fazer, a gente reunia lá em cima, na sede, ali na casa da sede, reunia todo mundo, pra pegar lote, pegar cesta, pra fazer alguma coisa, sair, marcar uma reunião, assistir televisão, era tudo lá, tudo junto, muita gente, muita gente (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Também foi criada no início do assentamento uma associação de trator, grupo organizado e mantido por homens para utilização coletiva de tratores em diferentes lotes para que não fosse necessário que cada família comprasse um trator, em consonância com a ideologia propagada pelo MST. Como nos mostra Borges (2010, p.140):

Sabe-se, conforme grande parte das publicações do MST, da importância atribuída a essa forma de trabalho, vista como ideal para a produção e para as demais relações, já que propicia o surgimento de novos valores a alimentar os desejos da transformação social, ou seja, de uma sociedade fundada em princípios igualitários. Somada a essa dimensão, observa-se ainda a afirmativa de que o trabalho coletivo viabilizaria a produção e a consequente rentabilidade econômica.

Apesar do sentido de coletividade, o coletivo era excludente quando se tratava de igualdade entre os gêneros, pois somente acatava as opiniões masculinas. Se nas reuniões do acampamento eram todos juntos, sobre as reuniões no assentamento D. Nice contou em entrevista que *“nós muié ia na reunião mas nem podia falar”*. Era essa a situação enfrentada pelas mulheres no grupo do trator, onde os homens organizavam o uso de trator nos lotes de cada família.

Com o tempo e as pressões e incentivos governamentais para a inserção dos assentados nesse sistema mercantil (baseado na produtividade e com a “recompensa” do lucro individual) as coisas foram mudando, conforme relata Vanda ao lembrar-se do fim do grupo de trator:

[...] de trator o povo agora tá trabalhando muito assim individual né, muito egoísta, "quero pra mim e os outros que se dane", daí aqueles que tão melhor de situação, aqueles que teve sorte ou que trabalhou mais já tem bastante gente que comprou trator próprio né [...] (Vanda, 64 anos, 2015).

Assim, “o desejo de produzir na terra pelo trabalho familiar foi mais forte que a experiência do tempo do acampamento, maior ainda que os princípios organizativos do MST, em relação à forma de produção ideal” (BORGES, 2010, p. 140). A perda do sentido de coletividade após a conquista do lote é uma característica comum, observada também em outros estudos sobre assentamentos rurais. Tendo em vista que no acampamento a organização era pautada na atuação coletiva, isso parece se perder quando as famílias são, literalmente, separadas em cada lote.

Sob a perspectiva de gênero neste contexto, Brumer e Anjos (2008, p. 228) afirmam:

Durante o acampamento, as assentadas participaram de um esforço pela manutenção e sobrevivência geralmente organizado coletivamente. Já no

⁸ Para maior profundidade sobre assunto ver trabalho de Borges (2010).

assentamento, devido em parte ao distanciamento entre os lotes e à relativa redução dos espaços de sociabilidade coletiva, há uma divisão do trabalho mais acentuada entre homens e mulheres. Assim, embora tenha havido uma melhoria na renda e na qualidade de vida nos assentamentos, parece ocorrer um retorno à tradicional divisão sexual do trabalho.

Agora, neste novo espaço-tempo do assentamento, as famílias se voltam para a produção e reprodução no lote, e não mais a uma sociabilidade coletiva como quando todos dividiam os mesmos espaços tendo somente no barraco de lona alguma “privacidade”. Isso também demonstra, conforme apontado pelas autoras, uma reafirmação da divisão sexual do trabalho, já que no lote a organização é pautada no espaço de produção voltado ao masculino e de reprodução voltado ao feminino.

Entretanto, ao observarmos que na maioria dos casos a definição produtiva é encabeçada pelos homens, as lutas femininas acabam se voltando para questões como a saúde, a educação, a questão da água, entre outras. Ou seja, enquanto os homens se encarregam da segurança produtiva, as mulheres se voltam para a necessidade de segurança reprodutiva. Maria José conta sobre o início da mobilização das mulheres frente ao quadro de precariedade subsequente à conquista da terra:

[...] a gente tava lutando por, por uma vida melhor, por uma vida mais justa, é... começou logo no início quando nós chegamos aqui, era, a gente num tinha um centro de saúde aqui [...] então a gente tinha que se deslocar daqui, com criança pequena às vezes né, pra pegar o leite, pra consultar, pra tomar vacina [...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada [...] (Maria José, 67 anos, 2012).

Em grande parte, as conquistas de certos direitos, as transformações que se tornaram possíveis e a criação de políticas públicas vieram através da luta das mulheres, e não simplesmente através da boa vontade do Estado. Esse “instinto” de luta pelos seus direitos talvez seja advindo da própria mobilização na luta pela terra, que pode ter chamado a atenção delas para problemáticas relativas à condição feminina, pois passam a problematizar as relações sociais de dominação e questionar a estrutura agrária e seu formato organizativo (BRUMER; ANJOS, 2008).

Assim, fica claro que quando as mulheres desafiam as regras preestabelecidas as relações sociais começam a ser transformadas e as questões de gênero passam a ganhar destaque. O caso pesquisado confirma o que afirma Tedeschi (2009, p.168) de que “são as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural”.

Considerações Finais

Ao buscar compreender a participação das mulheres nos processos de desenvolvimento da Gleba XV de Novembro a partir do entendimento delas próprias sobre os diferentes períodos históricos do assentamento, é possível afirmar com veemência que elas foram de suma importância em todos os momentos.

As conquistas das mulheres assentadas no caso da Gleba XV de Novembro vêm sendo construídas desde a luta pela terra. As dificuldades enfrentadas parecem ter dado o impulso necessário para as diversas lutas travadas ao longo de todo o processo.

Observa-se que a construção das histórias do assentamento e das mulheres ocorreu concomitantemente, sendo os movimentos e rumos da sociedade condicionados às ações das mulheres, e, ao mesmo tempo, as vidas delas condicionadas aos processos históricos da sociedade em que estão inseridas.

Desde o período do acampamento essas mulheres atuaram em sentidos diversos, que vão da proteção dos homens em momentos de confronto antes da conquista da terra, até a permanência no acampamento e a luta pelo acesso a melhores condições de vida no início do assentamento. Tudo isso é parte da história da Gleba XV de Novembro, o primeiro assentamento da reforma agrária da região do Pontal da Paranapanema, construído através da luta contínua de homens e mulheres. Todavia, mesmo com a nítida contribuição das mulheres para o desenvolvimento do assentamento, a dominação masculina e as nuances do patriarcado ainda atuam intensamente sobre elas, na tentativa de oprimir, desvalorizar e tornar invisível seu trabalho e sua luta. É por isso que o presente trabalho se propôs a apresentar a história do assentamento sob a ótica das mulheres, numa perspectiva diferente do tradicional, que visibiliza o trabalho, a luta e a vida dessas mulheres dentro da trajetória da Gleba XV de Novembro.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FARIAS, Marisa Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: <[http://leronline.jegueajato.com/Maurice%20Halbwachs/A%20Memoria%20Coletiva%20\(397\)/A%20Memoria%20Coletiva%20-%20Maurice%20Halbwachs.pdf](http://leronline.jegueajato.com/Maurice%20Halbwachs/A%20Memoria%20Coletiva%20(397)/A%20Memoria%20Coletiva%20-%20Maurice%20Halbwachs.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sévolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio, Zahar, 1969.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos, Série Poder).

SILVA, Camila Marques Viana; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista Economia e Sociologia Rural** [online]. vol.51, n.2, p. 387-399, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias** [online]. n.10, p. 412-442, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2014.